

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta presidência, srs. deputados registra a presença neste plenário de varias mulheres, mães trabalhadoras do município de Tangará, pertencentes ao Clube de Mães daquele município e também da Pastoral da Saúde, acompanhadas das lideranças do município que, juntamente com Alécio dos Passos, que trabalha com plantas medicinais aqui na Casa, irão visitar ortomedicinais aqui em Florianópolis. Ao mesmo tempo, irão visitar a Pastoral da Saúde aqui em Florianópolis. Boas-vindas a todas vocês e façam um bom aproveitamento desta visita à capital catarinense.

Inscrito o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores públicos e amigos que visitam o Parlamento neste dia, ao longo de 2014 temos quase que semanalmente trazido à baila temas ligados à comissão de Combate e Prevenção às Drogas. Lembro que no primeiro discurso que fiz aqui já disse que a maconha é o jardim de infância do *crack* e muita gente ironizou.

Nesta semana, a revista *Veja* traz uma matéria que nos coloca um ponto de vista da Medicina, uma perspectiva alinhada ao nosso discurso. Diz a matéria: A maconha é uma droga. É claro que sabemos disso. Mas o que a matéria traz é uma pesquisa acadêmica, científica feita nos Estados Unidos que confirma que o uso da Cannabis é mais nocivo do que se pensava há alguns anos. O consumo crônico na idade adulta leva a alterações cerebrais severas. E aí me permitam transpor algumas das informações colhidas ao longo dessa matéria pela revista *PNAS*, uma revista de prestígio no meio científico norte americano e no mundo. Por exemplo, há 224 milhões de usuários de maconha em todo mundo; no Brasil, há um milhão de usuários. Acredito que esteja defasada essa informação, mas que a maconha é a substância ilícita mais consumida nós sabemos.

Bem, o que me chamou atenção da matéria é que ao contrário do que acontece com outras drogas, a maioria dos que fumam a erva tem a convicção de que ela não faz mal algum, que não dá nada, na linguagem dos adolescentes.

(Passa a ler.)

"Atualmente há uma enorme onda de tolerância com os cigarros de maconha, *cannabis* - como se tal comportamento não fosse considerado crime pelas leis brasileiras. A fama de inofensiva vem, em grande parte, de uma particularidade da própria maconha. As consequências das tragadas costumam aparecer a longo prazo, como por exemplo, perda de memória, dificuldade de fazer escolhas, diminuição do poder de crítica e aumento na impulsividade.

Pela primeira vez, um estudo esmiuçou os mecanismos cerebrais associados a esses danos. Coordenado pela neurocientista Francesca Filbey, pesquisadora da Faculdade de Comportamento e Ciências do Cérebro da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, o trabalho comprovou que os prejuízos decorrentes do consumo crônico de maconha (quatro vezes por semana, ao longo de oito anos) não só alteram a arquitetura do cérebro como também comprometem o seu funcionamento. A droga reduz a densidade do tecido cerebral e aumenta a velocidade entre as sinapses (comunicação entre os neurônios)."

E ainda para ratificar o que a pesquisa diz, foi entrevistado o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo, que eu considero a maior autoridade na questão das drogas no Brasil, conheço-o pessoalmente.

(Continua lendo)

"Seria necessário consumir pelo menos três doses diárias de destilado, durante pelo menos quinze anos, para chegar ao tamanho do estrago provocado pela maconha".

E aqui há um detalhe interessante. Até hoje, as pesquisas mais consolidadas sobre a maconha demonstraram a ação nociva da droga no cérebro adolescente. Quando consumida nessa fase da vida, ela atrapalha um processo conhecido como poda neural, no qual o cérebro faz a triagem das conexões que devem ser eliminadas e das que devem ser preservadas ao longo da vida.

Há muito coisa interessante na reportagem, mas quero destacar apenas mais dois parágrafos.

(Continua lendo)

"A ação destrutiva da maconha está associada ao THC, um dos 480 compostos da erva. O THC interfere na química cerebral de uma forma extremamente natural. E esse é o grande perigo da maconha. Nem o álcool, nem a cocaína, tampouco o devastador crack, têm uma interação cerebral tão rematada. O THC imita a ação de substâncias naturalmente fabricadas pelo organismo. Para piorar, a quantidade de THC nos cigarros de

maconha hoje é o dobro em relação aos baseados dos anos 2000.

Aquele que faz uso eventual, a depender da tolerância do organismo e da propensão genética, está sujeito a sofrer estados psicóticos transitórios, como alucinação e paranoia, ataques de pânico e ansiedade.”

Ou seja, meus amigos, a maconha foi e continua sendo uma droga que precisa ficar distante das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Por isso, continuaremos na nossa luta nesta tribuna por uma Santa Catarina e um país sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos!

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais presentes nesta tarde de terça-feira.

Neste clima, neste regime de retirada que estamos nos organizando nas últimas semanas, queria voltar a fazer uma reflexão sobre uma questão que falei várias vezes ao longo dos oito anos neste Parlamento, e começo dizendo que cheguei atrasado à sessão da última quinta-feira porque fiquei 2h20 na fila para percorrer a distancia de 15km entre a minha casa, no bairro de Serraria, em São José, e esta Assembleia Legislativa. Foram 2h20! Saí às 8h em ponto e cheguei aqui às 10h20, com a sessão terminada. Eu tinha evidentemente o que falar, inclusive começaria se tivesse dado tempo, por essa questão.

Por que todo esse problema no trânsito na última quinta-feira? Porque houve uma colisão entre dois ou três veículos em cima da ponte que dá acesso à ilha, a ponte Colombo Salles. E ficamos imaginando como uma pequena colisão entre veículos, uma coisa normal no trânsito, apenas com

danos materiais e, provavelmente, não muito severos, para o trânsito, não apenas da Capital Grande Florianópolis até a Palhoça, mas até Biguaçu. Ou talvez daqui para todas as vias de principais acessos à ilha. E aí fico imaginando o que vai acontecer no dia em que não tivermos uma das pontes funcionando, e já temos uma que há mais de 30 anos está sem funcionar, a ponte Hercílio Luz, com risco de cair, para vexame de todos os governos passados e do atual. Fizeram duas pontes novas e, aliás, não se concluiu nenhuma delas porque as passarelas não foram terminadas, de forma que a pessoa que pretende vir de Coqueiros, do Estreito caminhando para o centro da Capital ou vice-versa, tem que ter um espírito de aventura bastante forte, aguçado, deve ser uma pessoa corajosa, porque as passarelas que foram terminadas já têm buracos e também se transformaram em lugares frequentados por pessoas, muitas vezes, não muito sociáveis. Também falta iluminação no acesso, embora no governo Luiz Henrique tenha sido colocado um monte de luzes lilás e roxas apontando para as pilastras das pontes para ficarem bonitas, o fato é que as passarelas nunca foram concluídas.

Nós temos um problema de mobilidade imenso na Grande Florianópolis, temos reiterado aqui os discursos na área de infraestrutura, embora tão cobijada essa pasta que provoca brigas, inclusive dentro dos maiores partidos, a questão da infraestrutura é muito grave. E todos que assumem ou que já assumiram fazem discursos dos mais eloquentes, dizendo que estão resolvendo todos os problemas, quando o que assistimos são dificuldades enormes, deputado Padre Pedro Baldissera, para colocar um balde de asfalto dentro de um buraco. Assistimos uma política de incentivo ao uso do carro particular, de incentivo à indústria automobilística, como por exemplo, a isenção da indústria automobilística de outros monopólios de pagar a sua contrapartida previdenciária de 11%, política do governo federal. O padeiro, o dono do mercadinho, o dono do salão de beleza lá do nosso bairro, se tiver um

funcionário, dois funcionários ou dez funcionários, pagam 11% em cima do salário dos funcionários; ao passo que indústria automobilística e os outros monopólios, incluindo a BMW que é tão glorificada aqui no estado, não paga a sua contrapartida previdenciária. Evidentemente, a Previdência vai falir.

Enquanto uma política de incentivo à indústria automobilística e o culto ao automóvel, que provoca tantas tragédias em nossas estradas, nada de incentivo ao transporte coletivo de massas.

Vimos que o transporte coletivo que deveria ser uma política pública das fortes no sentido de garantir uma qualidade de vida maior para a população dos grandes conglomerados e também uma proteção uma preservação maior do meio ambiente, o transporte coletivo das massas ainda é apenas mais um setor para a obtenção de lucro para uns poucos empresários. Qual foi a mudança que houve do ano passado para esse ano ou nos últimos anos aqui na Grande Florianópolis no transporte coletivo? As mesmas empresas continuam mandando e fazendo mais ou menos da forma que querem. É preciso que a sociedade tome posição com relação a essas questões que, efetivamente, busquem solucionar o problema a médio e longo prazo.

O contorno da Grande Florianópolis, da BR-101, que era para estar pronto em fevereiro de 2012, portanto, no próximo mês de fevereiro, vai fazer três anos, e sequer foi começado, espero estar vivo ainda quando ficar pronta essa obra, porque todo o transporte de carga entre o norte e sul deste país passa por dentro da Grande Florianópolis. Essa é uma realidade que precisa ser vista. E acham desculpas para justificar tudo, sempre, até o índio, pobre índio que é historicamente enxotado e explorado é usado como desculpa para não se fazer a duplicação, o contorno, o túnel, porque têm índios morando no lugar. Isso é um absurdo! Faz mais de dez anos que os indígenas que moram no Morro dos Cavalos dizem: Façam dois túneis. Se estivessem começado essa obra já estaria pronta. Os índios estão tendo

noção de futuro e planejamento maior e melhor que os governos.

Eu já falei nesta tribuna também que o dia em que fizermos política, estradas e infraestrutura tão bem quanto fizemos Carnaval, o Brasil se desenvolverá. Sempre que queremos ironizar algo, dizemos que virou Carnaval, como sinônimo de bagunça, mas o Carnaval neste país se faz certo e se faz maravilhas que são aplaudidas no mundo inteiro. O que não se tem feito direito neste país é a política, o governo, a gestão pública e a administração pública. E se vê corrupção aqui na capital, como vimos na Operação Ave de Rapina; na serra, com a Operação Águas Claras; enfim, por todos os lugares, como é o caso da Petrobras e assim por diante. O que menos se vê são águas claras, estão muito turvas as águas. E se percebe, embora tenha havido uma manifestação de repúdio ao advogado que disse que neste país não se coloca uma lajota sequer em uma cidade pequena do interior sem pagar propina, e concordo que há um exagero, mas desgraçadamente fico com a impressão de que a desgraceira é quase parelha. Uso um termo lá do interior porque nunca vi tantos recursos, tantos projetos, tantos discursos e, ao mesmo tempo, tanta dificuldade para se fazer as coisas caminharem minimamente no sentido do avanço civilizatório, um avanço em qualidade de vida, em condições estratégicas para o desenvolvimento de uma sociedade. Sobre isso é preciso refletir! Tenho convicção de que as classes trabalhadoras um dia terão condições de capacidade organizativa para, efetivamente, começar a mudar os rumos da nossa sociedade inteira e deste país também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, agradeço a oportunidade de estar na tribuna no dia de hoje, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, os meus colegas

parlamentares, os visitantes, trabalhadores dos órgãos públicos estaduais que estão nos acompanhando no dia de hoje. Quero dizer que estamos acompanhando atentamente e com grande preocupação os problemas que tivemos na adição de misturas químicas ao leite catarinense, o que traz um grande prejuízo ao nosso estado, à economia catarinense, especialmente aos setores das indústrias, cooperativas e também aos nossos agricultores familiares.

Tivemos, ontem, um dia de bastante mobilização e articulação, seja aqui na capital ou mesmo em Chapecó, no oeste, um encontro para discutir com as empresas, com as cooperativas, com as organizações da agricultura familiar sobre a reforma agrária, sobre os impactos em Santa Catarina.

Nós temos tido uma situação bastante preocupante porque isso atingiu, em cheio, a visão boa do Brasil sobre a qualidade do leite do nosso estado, especialmente do oeste catarinense. E o grande debate girou em torno de como não colocarmos todos na mesma situação. Por isso tantas empresas estão instalando-se na região, tantas indústrias estão instalando-se nesse raio de um pouco mais de 100km em São Miguel d'Oeste a Chapecó, um dos maiores parques industriais do mundo para a industrialização do leite e hoje a maior bacia leiteira do Brasil. Então, como não matar a galinha dos ovos de ouro ou o nosso ouro branco, que é o nosso leite?

Ontem, tivemos a presença de muitos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças sindicais naquela reunião, todos olhando para os municípios com grande preocupação. Porque já estão sendo feitas inúmeras ações por parte do Ministério Pública de Santa Catarina, do Ministério Agricultura, mas cada vez mais estamos entrando numa situação que pode trazer um impacto muito grande, pois alguns agricultores já estão vendendo o leite a R\$ 0,50 o litro, enquanto que há pouco tempo o leite estava a R\$ 0,90, a R\$ 1,00 o litro. Assim sendo, já está ocorrendo uma perda de R\$

0,50 devido ao impacto negativo e do prejuízo na produção do leite.

Mas os grandes desafios estão sendo discutidos. Inclusive, amanhã teremos uma reunião com o ministério da Agricultura, em Chapecó, o próprio Ministério tem responsabilidade no processo porque acompanhou a fiscalização e autorizou aquelas indústrias a produzir e tem agora que separar, como diz o povo, o joio do trigo, ou seja, as más empresas das boas empresas, as empresas sérias, dos agricultores sérios. Porque é um número pequeno de agricultores que venderam leite sem ter vaca para produzir. Mas a grande maioria, os milhares e milhares de agricultores estão fazendo um grande esforço para atender todas as normas sanitárias, para produzir um leite de alta qualidade, um leite padrão de exportação. E o próprio ministério da Agricultura, em nível de Brasil, hoje, reconhece que o oeste catarinense, o nosso estado produz o melhor leite do Brasil.

Não podemos jamais jogar fora esta grande oportunidade de manter os nossos agricultores lá, diversificar a nossa economia, dar oportunidade para um grande número de pequenas empresas, pequenas cooperativas em todas as regiões do nosso estado, para continuar gerando emprego, renda e alimentar o nosso Brasil.

Por isso queremos construir este debate com o Ministério da Agricultura, no sentido de diferenciar as boas empresas das más empresas. Não é possível tratar todos da mesma forma. Por isso é necessário dialogar a respeito. Não é possível fazer uma ação para prejudicar todo mundo. Precisamos diferenciar o bom do mau, e o próprio Ministério Público tem que nos ajudar neste sentido.

Enfim, será realizada uma reunião com o ministério da Agricultura, como também com o Ministério Público, a fim de discutirmos esse tema de como buscarmos alternativas para não prejudicar esse setor tão importante economicamente no estado de Santa Catarina, mas também socialmente, para

mantermos os nossos agricultores e os nossos jovens lá.

Tivemos a presença lá também do ministério do Desenvolvimento Agrário, do ministério do Desenvolvimento Social, do coordenador nacional da política de Segurança Alimentar, que está fazendo um grande esforço de buscar, junto ao governo federal, a compra desse produto para estoques reguladores, para os programas sociais do leite, que está estocado nas associações, nas pequenas indústrias, nas cooperativas.

Então essa é outra ação que se está buscando, juntamente com uma campanha de esclarecimento à população brasileira para que não aconteça como já está acontecendo nas redes sociais, onde os supermercados divulgam que não tem leite em Santa Catarina.

Isso é um absurdo para todos nós do estado de Santa Catarina que primamos tanto pela qualidade do nosso leite. Esse é um setor que muito se desenvolveu em novas tecnologias na produção de leite a base de pasto. Nós queremos e vamos discutir isso frente a frente para que, neste momento em que alguns agiram de má fé e fizeram picaretagem, não percamos essa grande oportunidade de, no futuro, o estado se destacar na produção de leite à base de pasto, leite orgânico, em contraponto a esta visão de alguns grandes grupos multinacionais, que vêm produzir leite com vacas confinadas com problemas sanitários sérios entre outros problemas nos animais.

Por isso, queremos continuar a nossa luta junto com a grande conquista anunciada pelo ministério da Integração Nacional de termos recursos garantidos para a construção do laboratório de leite no município de Pinhalzinho, justamente para contribuir com esse laboratório e acompanhar passo a passo a qualidade dos testes, as análises do nosso leite do oeste catarinense, do estado de Santa Catarina.

Por isso, não temos dúvidas de que esse é um setor que tem muito a contribuir com o nosso estado em todos os sentidos. Não podemos jogar fora essa experiência construída a duras penas com

a ajuda do Pronaf, do crédito, com a luta de recursos à assistência técnica, com o empenho dos nossos agricultores em tecnologia de pastagem, produtividade, genético animal, pois tudo isso vem trazer grandes conquistas nos últimos anos. Isso não queremos jogar fora. Por isso, precisamos abrir um debate muito sério no próximo período. Não está aí pela frente uma grande crise do leite, pois, felizmente, a política do governo federal é de valorizar o salário, de continuar gerando empregos para o nosso povo trabalhador. Segundo a ONU, o Brasil sai do mapa da miséria, sendo assim, não há perspectiva de o povo diminuir o consumo do leite. Pelo contrário, vamos continuar incluindo pessoas que vão consumir esse alimento tão importante, especialmente às nossas crianças.

A crise é regional porque alguns fizeram esse crime de colocar em risco a saúde das pessoas, que consomem esse produto, e também toda a cadeia produtiva. Esperamos dar passos significativos nessa recuperação e, a partir de fevereiro, reaquecer o consumo do nosso leite no Brasil e passar por essa crise regional, principalmente no oeste catarinense e no alto uruguaí, no Rio Grande do Sul, para que possamos continuar a dar oportunidades de renda, empregos e trabalhos aos agricultores e a tantos trabalhadores e trabalhadoras que estão envolvidos nessa cadeia produtiva desse alimento tão importante que é o leite.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha nas galerias da

Assembleia Legislativa, pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Ontem estive em contacto com várias entidades do estado de Santa Catarina, principalmente para alteração do projeto de lei que tramita nesta Casa a respeito do Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico que pretende a inclusão de novas entidades.

O projeto é de autoria do colega deputado Antônio Aguiar e acho justa a inclusão das entidades representativas do comércio, da indústria, dos hotéis, bares e similares. A respeito desse projeto, recebi telefonema do Rafael, da Indústria de Papel, de Canoinhas.

Acho importante a participação dessas entidades nesse conselho já que trata da questão de segurança contra incêndio, contra pânico, contra situações emergenciais. Claro que as partes interessadas e diretamente atingidas podem ser vítimas nesses casos, ou seja, as entidades, área comercial, industrial ou a nossa área da rede de hotéis e restaurantes do nosso estado, principalmente agora com a chegada da Operação Veraneio.

Há seis anos que nosso estado é destino preferido por turistas nacionais e internacionais. Assim, todas as ações voltadas à prevenção de acidentes, catástrofes, incêndios devem ser analisadas, não apenas pelos órgãos competentes, pois a legislação que institui o Conselho Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico procura incluir os bombeiros, parte mais interessada, a Defesa Civil, a Polícia Militar e a Polícia Civil, mas claro que nesse conselho tem que haver a participação daqueles que vão mobilizar a aplicação dos métodos, das condições para se evitar grandes catástrofes e problemas de incêndios, como tivemos, infelizmente, o caso da boate *Kiss*, no Rio Grande do Sul.

Claro que todos esses projetos tiveram uma aceleração depois daquele incêndio, daquele fato tão dolorido para todo o nosso país e para tantas famílias. E há, sim, uma preocupação de que se incluam mais entidades para debater as condições

de segurança em bares, restaurantes, principalmente boates, casas de shows, locais de grandes eventos. É importante que a parte interessada, ou seja, aqueles que vão cuidar desses investimentos participem do conselho.

Então, trata de um assunto importantíssimo! Nós conhecemos a situação de Balneário Camboriú. Tive a oportunidade de ser delegado regional de Balneário Camboriú, diretor de polícia do litoral e acompanhar as licenças. A preocupação que existe é no sentido de dar a todos os locais de shows, de eventos, de aglomeração de pessoas, as melhores condições de segurança.

Tem que haver essa preocupação, principalmente para a proteção do cidadão, das famílias das pessoas que ali estão. Há uma vigilância também da gerência de jogos de diversões da Polícia Civil. É um órgão que integra o conselho e que junto com as outras entidades elabora esse estudo.

Então, o nosso parecer, e vamos analisar este projeto agora, na comissão de Segurança Pública, no dia de amanhã, será pela inclusão, sim, da Fiesc - Federação das Indústrias de Santa Catarina -; da Facisc - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina -; e da Fecomercio - Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo, nesse conselho.

Entendo que com a inclusão da Facisc, a FCDL subentende-se incluída, ou talvez seria o caso de incluirmos também a FCDL, pelo trabalho forte que faz na questão de integração e participação da classe empresarial no estado de Santa Catarina. Então, é um projeto importante e que representa ganhos em termos de segurança para o cidadão.

Também falando de grandes eventos, a nossa preocupação é com, e temos acompanhado junto à secretaria do Turismo e ao governo do estado, a questão da construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, que é uma aspiração, é um desejo da população e de toda classe turística e empresarial do estado de Santa Catarina, principalmente do litoral de Balneário Camboriú, para que o projeto deslanche o mais rápido possível e tenha andamento.

É um projeto que já estava para ir à licitação, elaborado, aprovado, e que agora a licitação teve que ser suspensa já que a Caixa Econômica Federal, que participa com a contrapartida, que é a maior contrapartida, que é do governo federal, no valor de R\$ 55 milhões, solicitou ajustes no projeto para a assinatura da liberação dos recursos.

Por essa razão, a licitação teve que ser novamente suspensa para adaptação do projeto da implantação do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Então, é mais um projeto que, pela burocracia, pela morosidade, claro que com os técnicos buscando adaptar a lei, mas causando mais essa demora nesse projeto.

E outra preocupação que temos na região de Balneário Camboriú é com o hospital Ruth Cardoso, pelas dificuldades que enfrenta. Acompanhamos, nos últimos dias, inclusive, o fechamento de algumas áreas importantes de atendimento do hospital e esperamos, com o diálogo da secretaria da Saúde do Estado e da prefeitura municipal, possa se construir uma solução para atendimento à população.

O Hospital Ruth Cardoso, que é de Balneário Camboriú, mas que atende toda a região, uma boa parte do nosso litoral, com a participação do estado, pode, sim, voltar a ter todos os seus setores de atendimento de emergência em funcionamento normal.

Infelizmente, nas últimas semanas, o setor neonatal, entre outros, tiveram o seu atendimento prejudicado e até paralisado, mas acreditamos, sim que há a possibilidade de se construir, conjuntamente, estado e município, uma solução para aquele importante hospital do nosso estado.

Nós temos ao lado, em Itajaí, o Hospital Marieta, que é um dos outros grandes centros de atendimento da saúde, da região, que também recebeu um investimento de mais de R\$ 50 milhões por parte do governo do estado. E falava até o governador sobre a preocupação da empresa que está executando a obra que, aparentemente, teria algumas dificuldades. E é uma obra muito

importante, uma obra que não pode parar porque é urgente, emergencial e, assim, tem sido tratada pelo governo do estado. Esperamos que o mais rápido possível essa obra possa estar concluída, equipada e à disposição para o atendimento da população.

Com a nova tecnologia do Hospital Marieta, em Itajaí, e do Hospital Ruth Cardoso, de Combóriu, atendendo em plenas condições, teremos uma melhora da qualidade da saúde da população em toda região de balneário Cambóriu e Itajaí. Temos outros hospitais, enfim, toda essa infraestrutura de saúde, que é tão importante para a nossa região da foz do vale do rio Itajaí e da Costa Esmeralda, toda aquela região que é atendida por essa rede hospitalar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra, a sra. deputada Ada Faraco De Luca, por até 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - (Passa a ler.)

"Boa-tarde, sr. presidente, membros da mesa, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, imprensa em geral.

Nesta última semana de atividade parlamentar venho aqui fazer um breve relato sobre as minhas atividades enquanto deputada estadual e secretária de estado de Justiça e Cidadania. Em 2011, logo no início do meu segundo mandato nesta Casa, fui convidada pelo governador Raimundo Colombo para assumir a secretaria de estado de Justiça e Cidadania. Desafio lançado e aceito por mim e pela minha equipe.

Foram dois anos e onze meses de muito trabalho, sendo o primeiro, sem orçamento. Para os colegas deputados que, assim como eu, já estiveram à frente de alguma secretaria de estado, entendem exatamente o que estou falando. Não foi fácil,

tampouco impossível. Implantamos uma nova filosofia nas ações da secretaria expressada no slogan 'Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada'. Uma nova forma de trabalho em que adolescentes e apenados são tratados com mais humanidade visando sua recuperação social. Neste esforço de ressocialização procuramos dar emprego, educação e dignidade aos apenados.

Há pouco mais de três anos, quando iniciamos, tínhamos pouco mais de 1.000 presos trabalhando, hoje são mais de 9.500, ou seja, 57% dos apenados trabalham e já tem profissão definida. Isso graças aos mais de 240 convênios assinados com a iniciativa privada e órgãos públicos estaduais e municipais. O tratamento humanitário adotado nas 49 unidades para 18 mil presos teve melhoria na saúde, no lazer e na alimentação, e refletem claramente nos números: 525 fugas em 2011 para 208 até o final de 2014.

O retorno dos liberados em datas especiais, como o Natal, é o melhor índice do país. Com um grande estímulo à leitura conseguimos ter, até 2014, mais de 2.000 apenados estudando. Em 2011, foram registradas apenas 212 inscrições de presos no Enem e, neste ano, 1.771 apenados fizeram a prova. Isso vale a pena porque o homem recupera a sua dignidade no meio da sociedade e no seio da sua família através do trabalho e do estudo. Eles têm que sair de lá com vontade de viver e não com vontade de cometer maiores delitos. Aí, sim, está a segurança de toda a sociedade.

A escola de formação e aperfeiçoamento de agentes penitenciários já capacitou mais de 3.000 agentes e formou em março deste ano 50 agentes no curso de pós-graduação em gestão penitenciária. Uma conquista histórica. Estamos incentivando e reconhecendo a função dos agentes dentro do sistema. O governo de Raimundo Colombo, através da secretaria de Justiça e Cidadania, deu condições de trabalho a esses homens e mulheres como nunca haviam visto isso antes. Foram novos uniformes, armamentos, munição, coletes a prova de bala e viaturas e muitos cursos.

Em relação à questão socioeducativa também atingimos números significantes. As obras do Case Grande Florianópolis foram concluídas e já está em pleno funcionamento. Além dele, estão previstos também Cases em Joinville, Chapecó, Criciúma e Lages, somando 355 vagas.

Trabalhamos muito nos últimos anos e sei que ainda há muito que se fazer. Por isso, aceitei o convite do governador para dar continuidade a este projeto. Esse é o compromisso que reassumo com o governo do estado de Santa Catarina. Esse é o compromisso que reassumo com o povo catarinense. Nosso sistema prisional já é uma referência nacional. E trabalharei arduamente para que seja a maior referência em humanização e segurança prisional que este país já viu.

Muito embora estivesse ausente desta Casa, no papel de secretária de estado, quero dizer que em nenhum momento abandonei minha região. Jamais deixei de atender reivindicações dos vereadores e das minhas lideranças. Intermediei junto ao governo do estado veículos para a Saúde, educação e agricultura para dezenas de municípios, pavimentações asfálticas, academias ao ar livre para toda a população. Em 2015, minhas atividades estarão voltadas à secretaria, mas cada voto depositado nas urnas em 2014 serão sempre honrados com dignidade, transparência e sinceridade.

Finalizo esta fala com uma frase do grande doutor Ulysses Guimarães, que costumo repetir quase que diariamente: 'O segredo da felicidade é fazer do seu dever, o seu prazer.' Sei que a peleia será grande na secretaria, mas vou de coração aberto para dar o melhor de mim pelo sistema catarinense.

Aproveito a ocasião para desejar a todos os colegas deputados, aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc, aos funcionários da Alesc e a todos que acompanham esta sessão, um Feliz Natal e um ótimo 2015, com muito amor, muita luta e muita paz. Um carinhoso abraço para todos."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima , por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVA1 e Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Começo minha fala no dia de hoje com uma frase do grande poeta e pensador do mundo, José Martí: 'Nada causa mais horror à ordem do que mulheres que sonham e lutam!'

Com toda certeza essa é a mais pura verdade!

Quando as mulheres se movimentam, organizam-se e lutam, conquistam direitos e rompem com o silêncio secular imposto por uma sociedade capitalista, machista, racista, homofóbica, que 'coisifica' o ser humano e trata as mulheres como mercadoria.

Encerramos na semana passada, comemorando o Dia dos Direitos Humanos, a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher de 2014.

Mulheres e homens em todos os continentes, durante 16 dias deram visibilidade às várias formas de violência contra meninas, jovens e mulheres. Durante este período, que no Brasil iniciou no dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra -, tive a oportunidade de participar de vários debates.

E meu sentimento por tudo o que vi e vivi é: como é árdua essa nossa luta. Principalmente, quando avaliamos o extenso caminho que ainda temos a percorrer para que nós, mulheres, tenhamos garantidos os direitos fundamentais como acesso à moradia, ao trabalho decente e bem remunerado, aos espaços de poder e decisões iguais a este.

Acesso a equipamentos necessários para que as mulheres se libertem de um cotidiano de violência doméstica, como delegacias especializadas, casas abrigo, para garantir segurança à mulher e seus

filhos, e os centros de referencia para atendimento à mulher aqui no nosso estado.

E ficamos muito tristes quando chegam os dados que, infelizmente são dados que nos causam tamanha indignação, como os dos anuários brasileiros de Segurança Pública de 2014, deputada Ada Faraco De Luca, em que nos aponta a ocorrência de um estupro a cada dez minutos no nosso país; ou quando acessamos os dados da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina e descobrimos que apenas no primeiro trimestre deste ano, 2014, já tivemos o registro 1.330 estupros, sendo que 281 acontecem dentro do espaço doméstico, dentro da casa dessas meninas e dessas mulheres; ou ainda que, somando aos registros da Polícia Militar e da Polícia Civil descobrimos que 76 mulheres foram assassinadas em função de violência doméstica e que 13.018 mulheres procuraram a proteção do estado por se sentirem ameaçadas por seus parceiros.

Senhoras e senhores, ao avaliarmos os dados, penso ser quase impossível transformar a sociedade em que vivemos. Mas quando observamos o olhar das mulheres quilombolas, indígenas, mulheres do campo e da cidade, lutando por seus direitos, pelos nossos direitos, vejo o quanto a frase do José Martí é verdadeira: 'Nada causa mais horror à ordem do que mulheres que sonham e que lutam.'

Há alguns dias vimos a coragem de jovens estudantes da Faculdade de Medicina da USP, vindo a público denunciar as práticas de violência sexual que ocorrem dentro daquela instituição. Romperam o silêncio da cultura do estupro quase que institucionalizada nas festas, trotes e no cotidiano acadêmico daquela faculdade.

Vimos a mobilização vitoriosa do movimento de mulheres que através de um abaixo-assinado, com mais de 400 mil assinaturas, exigiu que o governo federal negasse visto de permanência em território brasileiro para o americano Julien Blanc, que encontrávamos na *internet* e no *youtube*. Ele daria aulas no Rio de Janeiro e Florianópolis, conhecido mundialmente por ministrar aulas que ensinam homens a 'pegar mulheres', onde exalta a cultura

do estupro, crimes de agressão emocional e física contra mulheres, o racismo e o profundo desrespeito pelas mulheres, sendo que, já foi extraditado na Austrália, Reino Unido e teve eventos cancelados em diversos países.”

Vivenciamos também, nesta Casa, sr. presidente, os primeiros passos, srs. deputados e sras. deputadas, a instalação do Comitê Catarinense de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que terá como objetivo a maior implementação de uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em Santa Catarina. E bem sabemos que no nosso estado, meninas, jovens, mulheres são as maiores vítimas do tráfico de pessoas, que é o terceiro negócio mais rentável do mundo, perdendo somente para o tráfico de drogas, de armas e depois de pessoas.

Aquela propaganda que esta Casa, deputados Gilmar Knaesel e Padre Pedro Baldissera, fez em que podia desaparecer uma criança, uma mulher, um adulto, um homem, diz respeito a isso. Santa Catarina é campeão em tráfico de pessoas. Nós temos que estar alertas para isso.

Por isso, esta Casa na semana passada deu um passo muito importante trazendo também para a discussão o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Ministério Público estadual e secretarias de governo, a exemplo daquela que a deputada Ada de Luca vai presidir a partir do ano que vem, a secretaria de Justiça e Cidadania, a Segurança Pública, Polícia Civil e Polícia Militar.

Bem, senhoras e senhores, não deixemos também que a cultura da banalização, do ódio e da barbárie se instale em nossas práticas cotidianas. E nós repudiamos ao ler também a notícia que mais uma mulher foi brutalmente assassinada pelo pai dos seus filhos, provavelmente apenas pelo simples fato de ser mulher.

Ao assistirmos a notícia que mais um jovem negro foi assassinado, entendemos que ele foi assassinado por ser jovem, por ser negro; ao tomarmos conhecimento de que um homossexual foi espancado até a morte, entendemos que ele foi assassinado por ser homossexual; ao ouvirmos srs.

deputados, sras. deputadas, o deputado federal Bolsonaro dizer em plenário que uma parlamentar daquela Casa não merecia ser estuprada, entendemos que nenhuma mulher, nenhuma menina, merece ser estuprada. E graças a Deus, o Poder Público Federal denunciou esse Parlamentar que faz apologia a esse crime bárbaro que nós não concordamos.

Ao presenciarmos uma cena de violência entendemos que nenhuma pessoa nasceu para ser vítima de qualquer forma de violência.

Finalizo, sr. presidente e sras. deputadas e srs. deputados, com uma frase da nossa presidente Dilma Rousseff, durante um pronunciamento na instalação da Comissão Nacional da Verdade: 'Quem dá voz à história, senhoras e senhores, são homens e mulheres livres que não tem medo de escrevê-la.'

Sejamos, senhoras e senhores, homens e mulheres livres, que sonham, que lutam, protagonistas da nossa própria história. Uma história, sr. presidente, sem violência e de respeito ao ser humano.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB, devido a uma troca com o PPS.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero primeiramente agradecer o deputado Altair Guidi, que cedeu esse tempo de cinco minutos para que eu pudesse fazer uso da palavra, e parablenizo a deputada Ana Paula Lima por ter trazido novamente esse tema para esta Casa.

Sr. presidente, quero anunciar que hoje vai ser lido o Projeto de Lei n. 0032/2014, que dispõe sobre a redução da carga horária da categoria funcional das assistentes sociais, que estão presentes aqui no dia de hoje. Agradeço a presença de todas, em particular, da presidente do Conselho Regional do Serviço Social, Rosana Maria Prazeres.

Elas são profissionais de São José, Biguaçu, Florianópolis, servidoras do Executivo, do Judiciário, da Previdência e da UFSC. Suas presenças é motivo de grande orgulho para esta Casa.

Cumprimento a todas, pois essa categoria que é imensamente composta por mulheres.

Nós estamos apresentando, sr. presidente, a leitura de um projeto, que passa a ser da Casa, e que determina que a carga horária das assistentes sociais passa a ser de 30h semanais, vedada a redução de vencimento.

Na verdade, essa lei é ou deveria ser uma mera adequação da Lei Federal n. 12.317, de 27 de agosto de 2010, que foi proposta pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada da câmara federal.

Nós precisamos dar tratamento isonômico para essa categoria que lida com atividade afim no estado. Quando discutimos as grandes questões do estado é preciso, entre outros profissionais, contar com o apoio das assistentes sociais.

E para que ocorra essa redução, que outras colegas dessa mesma categoria já obtiveram, é preciso que o estado de Santa Catarina também aprove essa matéria.

E eu falei para várias colegas que esse é apenas o primeiro *round*, é a leitura do projeto de lei, é a concordância desta Casa Legislativa que o projeto pode tramitar, mas temos ainda um grande caminho a trilhar, um grande caminho. A partir da próxima legislatura tem que haver o trâmite do projeto nas comissões, a aprovação em Plenário, mas tenho certeza que a categoria mobilizada há de mostrar aos deputados e deputadas desta Casa que, na verdade, esse é um direito que já assiste essas servidoras.

É inadmissível para nós compreender que uma servidora pública federal, que tem o cargo de assistente social, faça 30h, e a mesma categoria, porque é vinculada ao governo do estado não faça 30h. No nosso entendimento não precisa a lei, seria uma adequação pura e simples, poderia até ser por resolução.

(Palmas)

Mas é curioso, e esses quatro anos de Parlamento estadual, me permitam dividir isso em tom de despedida: às vezes, precisa-se fazer projeto de lei para regulamentar uma coisa que parece óbvia. Digo isso a exemplo de um projeto de lei que apresentei, sobre o qual, infelizmente, esta Casa ainda não se pronunciou, dando conta de que as pessoas cegas ou com baixa visão teriam direito a provas no serviço público do nosso estado em *Braille* ou em computador acessível. E parece uma barbaridade! Precisa apresentar um projeto de lei para que uma pessoa cega ou com baixa visão faça prova em condições de acessibilidade? Pois foi preciso um projeto de lei que, infelizmente, esta Casa ainda não terminou a sua apreciação. Espero que na próxima legislatura consiga concluí-lo. Enfim, há momentos em que se precisa fazer lei ainda que o óbvio determine que assim o faça.

Estão aqui também os servidores inativos do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, pois o Tribunal de Justiça e o Ministério Público mandaram para esta Casa um projeto que exclui esses servidores da percepção do auxílio alimentação, o que já é parte da remuneração deles, parte significativa. Os servidores inativos desta Casa recebem e, na casa ao lado, os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina também recebem, mas precisamos, às vezes, fazer lei para o que é óbvio. Isso ainda é parte do ofício das Casas Legislativas.

Mas eu tenho convicção de que apresentando, como já foi feito hoje, o projeto de lei sobre as 30h das assistentes sociais, há de ser, no futuro, visto da mesma forma. Por que se precisou fazer lei disso se a lei federal assim o determina?

Essa vai ser a luta de vocês, vai ser a diferença entre aprovar esse projeto ou deixar que ele continue a ser um sonho. A grande batalha vocês já travaram no âmbito federal, agora cabe a esta Casa regulamentar e estabelecer o mesmo que já estabelece a legislação federal.

Boa-sorte para todas nós.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que está presente na tarde desta terça-feira neste Plenário ou nos acompanhando através da TVAL e da Rádio Alesc Digital. Eu quero fazer uma abordagem sobre os abonos aos servidores de alguns Poderes aqui do estado de Santa Catarina.

Uma abordagem que, entendo, deveria ser organizada como uma política salarial. Nós estamos tendo, deputado Padre Pedro Baldissera, um costume de transformar aquilo que foi excepcional um dia numa política, numa dádiva aos servidores no final de ano.

Não precisamos aqui omitir, não queremos construir aplausos, queremos apenas fazer essa reflexão: por que inativos ficam ausentes do projeto? No caso, do Projeto de Lei n. 318, do Ministério Público, e do Projeto de Lei n. 319, do Tribunal de Justiça. Ficam fora justamente porque não é uma política salarial, é um abono especial concedido aos funcionários, porque o chefe dos chefes dos poderes quer conceder, no final do ano, esse abono dos recursos que sobraram do duodécimo.

A Constituição estabelece que os recursos sobranes devem retornar ao cofre originário, ao cofre arrecadador, ao do Poder Executivo. E quando chega ao final do ano e há sobra de recursos, eles acabam dando um abono natalino para os servidores.

Não quero trabalhar contra, tenho muitos amigos, companheiros que trabalham, são servidores desta Casa e de outros poderes, e por certo não é injusto que recebam, mas o que está incorreto é que o Poder Legislativo, que existe para elaborar as leis, que o Poder Judiciário, que existe para

decidir se a lei foi burlada ou não, que o Ministério Público, que é o fiscal da lei, e que o Tribunal de Contas, que analisa as contas de todos os poderes, justamente façam uso de uma política precária de distribuição de abono, de recursos aos seus servidores, conforme venha ao caso, a cada final de ano.

Se existe a previsão de uma sobra de recurso e se há a vontade de ajudar os servidores, e se os servidores precisam de um incremento salarial, eu sei que a maioria dos servidores recebe pouco, mesmo desses poderes, por que não se pensa em uma política salarial e um reajuste efetivo de salário? Desta forma, poderia valer para todos os funcionários, para sempre! Parece que se fica naquela política de que se todos se comportarem bem ao longo do ano, perto do Natal, o meu coração de Papai Noel é que vai dizer quanto que vocês vão receber de abono. Isso não pode ocorrer numa República! Não é assim que as coisas devem ser administradas numa República!

Se os servidores aposentados do Tribunal de Justiça têm razão de não estarem recebendo, é preciso dizer que não estão recebendo porque é uma política precária de distribuição de vantagem aos servidores. Não é uma política salarial efetiva feita justamente pelos poderes que têm a obrigação constitucional de zelar para que a coisa seja feita de forma correta. A maioria, evidentemente, vai ficar sem ganhar, que são os servidores do Poder Executivo, que estão lá na segurança, os professores, as professoras, o pessoal da Saúde. Esses não vão receber nenhum desses abonos.

Mas quero dizer ainda sobre o PL n. 321, o Alesc Prev, de que eu me abstive de assiná-lo. Não vou votar favoravelmente e não farei uso desse direito que está sendo construído para os deputados. Sairei deste Poder da forma como entrei. Não quero tomar também nenhuma posição de ordem moral e generalizante o meu ponto de vista e a minha posição. Mas não concordo em receber qualquer benefício posterior por ter aqui exercido dois mandatos.

Quando eu fui eleito para ser deputado ou quando me candidatei à primeira vez para ser candidato a deputado e acabei sendo eleito, eu sabia da condição, ou seja, seria aposentado com 21/30 avos do salário de segundo-sargento da Polícia Militar, que me dá o rendimento líquido de R\$ 3.600. Esta será a minha fonte de recursos, de renda, com os incrementos que a luta dos praças permitirem e possibilitarem, que receberei para o resto da minha vida, para o resto dos meus dias.

Então, não entrarei no projeto organizado pela Assembleia Legislativa de previdência complementar para deputados e servidores comissionados.

Portanto, também não serei favorável ao Projeto de Lei n. 0321/2014.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo esta sessão, colegas deputados e deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, público que nos assiste através dos nossos meios de comunicação.

Quero registrar também a presença do deputado eleito, Vicente Caropreso, que irá assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa em fevereiro próximo. Cumprimento, ainda, os servidores de meu gabinete.

(Passa a ler.)

"Este é o momento para o qual deveríamos estar preparados, mas assim como eu, acredito que quase ninguém que entra na vida política está preparado para fazer o discurso da despedida, deputado Reno Caramori, por um tempo logo ou um adeus definitivo. Mas chegou meu momento de fazer isso. Tudo na vida é um ciclo, a própria é um ciclo.

Dizem que há três formas de se sair da vida política: por vontade própria, por vontade do

eleitor ou por vontade divina. Mas tenho que acrescentar a quarta forma: por vontade da Justiça ou "injustiça", que é a minha situação.

Sem ter nenhuma condenação em nenhuma instância que pudesse ensejar a inclusão na Lei Complementar n. 135/2010, Lei da Ficha Limpa, na famosa alínea "g", por decisão da maioria do colegiado do TRE de SC, minha candidatura à reeleição foi impugnada, pasmem, srs. deputados, até este momento aguardo decisão do TSE para reformar a decisão equivocada, injusta e parcial. Mas confiante, ainda, de que a verdadeira Justiça haverá de prevalecer, irei busca-la em todas as instâncias possíveis.

Convivi com a boa política desde minha infância, quando acompanhava, participava e assistia meu falecido pai, Ralf Knaesel, vereador, prefeito e deputado estadual, exercê-la. Foi com ele que aprendi a gostar de política. E que política é essa? A política de fazer o bem, de tentar melhorar em todas as áreas os serviços e obras públicas, mas acima de tudo, ser um amigo, ser um parceiro das pessoas, sem discriminação, sem ódio, sem rancor, sem se ater às discussões das diferenças ideológicas.

Talvez poderia chamar isso de verdadeira política humanista: fazer o bem ao próximo, ajudar ao próximo e ver no sorriso do próximo o teu próprio sorriso.

Esta é a política que aprendi, herdei e procurei praticar durante esses seis mandatos consecutivos.

Mas a política tem as duas faces ou dois lados: bom e ruim. Neste momento, quero levar e lembrar somente das coisas boas que vivi e que participei. E esta é a marca que quero deixar: as boas coisas, o lado bom.

E foram tantas que não será possível descrever todas neste momento.

De tantas boas propostas e discussões que tivemos no processo legislativo gostaria de destacar a Lei n. 0372/2010, que estabelece o edital Elizabete Anderle, de cultura, e a Lei n. 13.336/2005, que institui o Fundo Estadual de

Incentivo à Cultura - Funcultural -, ao Turismo - Funturismo - e ao Esporte, - Fundesporte -, nossos fundos de incentivo estadual a estas áreas, todos de nossa autoria, bem como a defesa permanente do Orçamento Regionalizado.

Estamos prestes a votar mais uma vez o nosso Orçamento Regionalizado. Estamos prestes a votar mais uma vez o nosso Orçamento para 2015, cuja bandeira está mais uma vez assegurada. Quero compartilhar isso com todos os srs. deputados da comissão de Finanças e Tributação e com os demais deputados desta Casa.

Quero compartilhar também com o Poder Executivo, que fez a sua parte dentro do acordo fixado que, por uma oportunidade que me foi dada pelos colegas deputados, na minha terceira legislatura, fui o presidente deste Poder e foi criado, no meu mandato, o Centro de Informações da Assembleia, o Centro de Memória da Assembleia, a Escola do Legislativo, o jornal da Assembleia Legislativa, o AL, a Rádio Alesc Digital, a nossa TVAL e a digitalização de todas as leis estaduais disponíveis *on-line*. Todas essas estruturas, hoje, servem ao Parlamento, à sociedade e à democracia. Muitos falam que existe um divisor: o antes e o depois da nossa gestão, que tornou o Poder Legislativo Catarinense mais forte, mais democrático e mais transparente.

Mas este é um momento para, acima de tudo, agradecer a tudo e a todos. Primeiramente à minha família que, muitas vezes, mesmo contrariada pela minha ausência e pela dedicação prioritária às causas da política, sempre me compreenderam e me deram todo o apoio, a começar por meu falecido pai, que me inspirou e me ensinou o sacerdócio da política.

Agradeço à minha querida mãe, d. Irma, que está quase completando seus 83 anos de vida e que em toda eleição que se aproximava me dizia: "Filho, chega, tá na hora de parar, já fizeste tua parte!" Mas não hesitava quando começava nova campanha e ia às ruas, às casas, pedindo votos para mim.

À minha linda filha, Gabriela, que compreendeu minhas ausências, em tantos momentos importantes da sua vida os quais não participei como pai, e que tantas vezes me consolou nas horas das amarguras, dificuldades e injustiças.

À minha ex-esposa, Gladys, amiga e parceira que sempre me deu forças e apoio em toda a minha trajetória de seis mandatos.

À minha sobrinha, Débora, órfã desde os cinco meses de idade, que sempre me estimulou, ajudou e compreendeu também minhas ausências como tio-pai.

Também à minha noiva, Karyne, que compreendeu a minha missão.

Meus agradecimentos também aos demais familiares que me apoiaram e sempre se orgulharam das minhas ações.

Um agradecimento especial, *in memoriam*, ao ex-prefeito de Pomerode, minha cidade, Henrique Drews Filho, grande amigo, grande líder, grande incentivador da minha primeira eleição.

Aos meus colegas auditores (fiscais da Fazenda) grandes responsáveis também pelo início da minha caminhada."

Sr. presidente, sei que o meu tempo esgotou, mas pediria ao líder do PP se pudesse me conceder alguns minutos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Concedo a v.exa. mais oito minutos, que é o tempo total do partido, cedido pelo deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Valmir Comin.

"Deveria citar todos pelas suas importâncias, mas o faço em nome do auditor Antonio Carlos Camargo, *in memoriam*, do deputado João Alberto Pizzolatti, que lideraram o movimento em prol da minha primeira candidatura.

Aos amigos e colegas auditores que me assessoraram nesses anos todos nas pessoas do Gerson Hulbert e do Guilberto Savedra, no sucesso da minha carreira.

Aos meus funcionários de gabinete, tão importantes no meu dia a dia, que suportaram minhas angústias e desabafos, agradeço a todos em

nome de Tito Silvestre, *in memoriam*, e do Roger Luiz Siewerdt, meu chefe-de-gabinete, extensivo a todos os servidores que fizeram a sua parte da melhor forma possível em nosso convívio de amizade, de respeito e de compromisso de trabalho.

Aos servidores desta Casa, sempre solícitos e amigos, deixo minha eterna gratidão. Agradeço Maria Helena Teixeira Diniz, exemplo de servidora pública, em nome de quem agradeço aos demais funcionários.

Aos meus pares, amigos e companheiros de sacerdócio, deputados estaduais das seis legislaturas.

Deveria citá-los todos nominalmente, porque com todos aprendi muito, especialmente a arte da boa política. Podíamos divergir na maneira e forma de como atingir nossos objetivos, mas o resultado final sempre foi o mesmo: a busca da melhoria da qualidade de vida de quem servimos, ou seja, do povo catarinense.

Quero agradecer ao meu partido, o PSDB, que me deu força, apoio, espaço, companheirismo e solidariedade, e também ao PP, que me abriu as portas para iniciar a minha caminhada política. Foram quatro candidaturas dentro desse partido quem respeito e onde tenho muitas amizades. Agradeço todos os bons momentos!

Agradeço, especialmente, aos grandes responsáveis e a razão de tudo, àqueles que me trouxeram até aqui: os eleitores. Agradeço o voto de confiança de cada um, a parceria e até as cobranças que fizeram, às vezes, mudarmos de opinião. Vocês, eleitores, na essência, são a razão do nosso trabalho, da nossa dedicação.

Agradeço às pessoas da minha cidade, Pomerode, que ao longo desses 24 anos me deram sempre a maior votação percentual da história recente da política catarinense nas seis eleições. Sempre obtive mais de 50% dos votos daquela cidade.

E, por último, agradeço a Deus por ter me dado a vida e a sabedoria para distinguir o certo do errado e, acima de tudo, não ter ódio, não ter mágoa, discriminação, inveja, que são, com

certeza, responsáveis por todas as mazelas do Brasil e do mundo.

Sigo minha vida com a consciência tranquila do dever cumprido, podendo olhar nos olhos dos meus eleitores, dos meus amigos e de toda minha família dizendo, deputado Silvio Dreveck, que dormirei sempre o sono dos justos.

E como diria, parafraseando o jornalista Paulo Alceu: 'E a Vida Segue!'

O Sr. deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Vinte e quatro anos de caminhada merecem nossos aplausos, o nosso reconhecimento. Sempre digo que a política está estruturada num tripé: matemática, equipe e cenário.

Matemática não lhe faltou, números em abundância no que diz respeito aos eleitores no estado de Santa Catarina e, em especial, no vale do Itajaí.

Eu diria que equipe v.exa. sempre teve, e a teve com qualidade, talvez o cenário, nesta última tentativa, foi desfavorável. E tenho certeza, v.exa. chegaria ao sétimo mandato não fosse esse equívoco do ponto de vista da interpretação jurídica. Mas fica aqui o registro do nosso reconhecimento pela forma amigável como sempre agiu, e pela forma respeitosa como sempre se relacionou, inclusive quando conduziu este Parlamento, e tendo o reconhecimento, tenho certeza, de toda a sociedade catarinense.

Sucesso nos seus próximos projetos e sonhos!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de saudar o deputado Gilmar Knaesel pelo seu trabalho durante todo o tempo em que se dedicou à vida pública, tempo esse em que deixou de lado os seus familiares, os seus amigos, a sua vida particular,

dedicando-se inteiramente à política, ao bem-estar dos catarinenses.

Os nossos parabéns, deputado Gilmar Knaesel, pela conduta como deputado nesta Casa, sempre ajudando a comunidade através dos projetos de lei, e através da Presidência da Assembleia, pois v.exa. foi presidente desta Casa. Enfim, participei de vários momentos políticos, de vários momentos de trabalho juntamente com v.exa.

E vamos sentir sua falta na próxima legislatura. Mas, Gilmar Knaesel, tenho certeza de que v.exa. cumpriu a sua missão. Esperamos, numa próxima oportunidade, talvez, de braços abertos, v.exa. novamente nesta Casa.

Muito obrigado pelo seu trabalho, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, pelas palavras e pela amizade que construímos aqui.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Gilmar Knaesel, eu gostaria, na condição de colega, de amigo, de irmão de região e, acima de tudo, também de profissão, de dizer a v.exa. que o legado, durante este período que dedicou a Santa Catarina, está registrado na memória do povo catarinense e também nos Anais desta Casa.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que todo o feito durante esse período de seus mandatos contribuiu significativamente para uma Santa Catarina melhor. Parabéns pelos seus mandatos e quero que saibas que tens aqui um amigo, não um deputado. Com certeza, estaremos juntos novamente, quem sabe já em 2016, num novo projeto na bela Pomerode. Um abraço, desejo tudo de bom para o amigo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Aldo Schneider. V.Exa. também sabe da amizade que construímos, do relacionamento sempre muito transparente, sério e correto. Fico feliz por suas palavras.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Na condição de líder do Partido Progressista quero aqui, em nome da nossa bancada, enaltecer e parabenizar v.exa. pelo grande trabalho desenvolvido frente ao legislativo catarinense. Tive o privilégio e o prazer de compartilhar da sigla do nosso partido durante quatro mandatos em que tivemos muitos avanços e muitas conquistas foram estabelecidas através do diálogo que v.exa. sempre empreendeu, tanto na condição de presidente desta Casa como quando foi governador interino de Santa Catarina. Aprendi a conhecer e admirar v.exa. pela sua simplicidade, pela sua humildade. V.Exa. tem a capacidade de olhar no olho e muitas vezes tendo que dizer "não", mas sabendo falar. E gostaria de dizer da satisfação maior ainda de poder conviver com v.exa. Espero que v.exa. não desista por aqui, que seja uma medida paliativa, porque acho que novos ventos virão e que v.exa. pode se restabelecer e proporcionar a todo o povo de Pomerode todo aquele aprendizado e toda experiência que v.exa. adquiriu neste Parlamento. Receba aqui a homenagem progressista.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Também quero me somar aos demais deputados que aqui fizeram uso da palavra. Mas eu, em especial, quero dizer da alegria de ter convivido com v.exa. na condição, também, de secretário de estado e depois também na condição de deputado. O Parlamento Catarinense perde muito, pois são seis mandatos ininterruptos de grande atuação político-partidária em Santa Catarina. Mas quero aqui, em nome do PSDB, deixar a seguinte mensagem: não diga adeus, diga um até logo, para que possamos, em breve, tê-lo aqui no plenário desta Casa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Gilmar Knaesel, das qualidades do político, do dirigente, do secretário, a gente sabe, e confesso que, com o coração apertado, venho aqui me pronunciar. A família tem todos os motivos para se orgulhar pelo grande político, grande líder, homem simples que encontrávamos por aí. Foram tantas coisas boas que Deus nos proporcionou. Então, que Deus continue iluminando essa pessoa simples, que tem essa paciência e serenidade. Espero vê-lo em outra grande missão que, com certeza, v.exa. terá no caminho dessa vida política.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, não poderia deixar de fazer o registro, em nome da bancada e em meu nome, pelo tempo de convivência que tivemos nesta Casa, quando tive a oportunidade de ser presidente desta Casa, depois sucedido por v.exa. E quero fazer um destaque especial por acreditar nesse mecanismo de participação da sociedade catarinense, que foi o Orçamento Regionalizado, que sobreviveu ao longo desse tempo pela sua força, pela sua disposição de que esse instrumento fosse levado para a sociedade catarinense.

Quero lhe parabenizar por isso e dizer que v.exa. deixa um grande legado para esta Casa. Conte conosco naquilo que for importante em qualquer discussão que beneficie Santa Catarina.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Não poderia deixar de saudá-lo do fundo do coração. A sua saída do Parlamento vai deixar uma lacuna imensa. São cinco mandatos. Já presidiu esta Casa. V.Exa., além de um excelente empreendedor, é amigo, companheiro, ajuda a tudo e a todos. Com certeza o Parlamento perde um deputado, mas Pomerode vai ganhar um prefeito empreendedor e competente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, não poderia deixar de registrar aqui o meu apreço por v.exa., o carinho especial que lhe tenho e a minha admiração também. Fui seu companheiro durante 16 anos e tive a oportunidade de conhecê-lo melhor. Quero que tenha no seu novo rumo de vida o mesmo sucesso que teve nesta Casa, sempre colhendo amizades e sempre leal aos amigos. Isso é fundamental. Um grande abraço.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero agradecer as palavras dos deputados que me apartearam.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar v.exa. pelo trabalho extraordinário que fez nesta Casa. Todos sentirão saudades, pois, além de contribuir muito, foi parceiro, amigo e leal. A palavra é o valor de um homem e quero cumprimentá-lo por isso. V.Exa. é uma figura ímpar neste Parlamento.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, não poderia deixar de manifestar a satisfação de ter trabalhado com v.exa. por oito anos neste Parlamento. E quero dizer que na comissão de Finanças e Tributação, bem como na de Segurança Pública, quando das audiências públicas que realizamos em todas as regiões do estado, v.exa. sempre foi bastante cordial e interessado na ideia do outro, mesmo quando era divergente. Quero parabenizá-lo e agradecer por essa oportunidade de aprendizado que também me proporcionou.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nobre deputado, Gilmar Knaesel, amigo, representante do vale do Itajaí, da cidade de Pomerode, das tradições

germânicas, da nossa igreja luterana, meu companheiro, mas acima de tudo, meu professor. Quero aqui parabenizar v.exa. por sua conduta, por sua postura, por sua vida pública. Quero dizer que v.exa. não deixa aqui apenas colegas, amigos, mas deixa aqui também pessoas que aprenderam consigo.

Por isso, deputado, parabéns por tudo!

Quero dizer que conte sempre conosco, não como deputado, mas como amigo, porque na vida o que fica acima de tudo são os bons exemplos e as boas amizades. E essa amizade v.exa. tem no coração. Parabéns e sucesso na sua caminhada!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado. Vivemos histórias juntos. Desejo que v.exa. continue representando muito bem a região e faça uma boa política.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Na verdade eu tenho uma dívida com v.exa. e o senhor pode até não lembrar. Quando o então ministro Orlando Silva foi acusado de muitas barbaridades - e, aliás, quem o acusou foi, recentemente, aposentado por insanidade mental - e nada se provou contra o ministro, hoje, deputado federal eleito, v.exa. foi o único parlamentar que, durante minha fala na tribuna, aparteu-me e empenhou a sua confiança no ministro. Em nome disso, falei para o senhor aquela vez e mantenho minha palavra dizendo que o PCdoB sempre vai ter uma dívida de gratidão com v.exa. Esses anos de convivência somente aumentaram o meu respeito. Desejo que onde seja a sua nova vida, agora, que ela seja tão grandiosa quanto a sua vida parlamentar.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputada.

Muito obrigado, presidente, pelo horário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Casa perde um grande parlamentar, mas na convicção de que brevemente

nós poderemos tê-lo novamente em nosso meio ou em outros espaços.

Sucesso e que Deus te abençoe nessa bonita e importante missão, depois de 24 anos servindo o povo, através do Parlamento.

Obrigado pelo que v.exa. fez por Santa Catarina, de maneira muito especial, à luz e a partir do Poder Legislativo do nosso estado.

Senhoras deputadas e srs. deputados, nós temos, hoje, uma extensa pauta e gostaríamos, assim, de toda a atenção e concentração para que possamos fazer esta votação na tarde de hoje de uma forma muito tranquila, transparente e podermos num espaço curto de tempo dar conta de tudo o que temos para deliberar hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de fazer um apelo aos nossos colegas parlamentares, que se encontram em seus gabinetes, para que venham ao plenário para iniciarmos as votações das matérias previstas para hoje, conforme acordo na última terça-feira, principalmente os vetos. Então, solicito aos colegas deputados e deputadas que compareçam ao plenário para podermos dar sequência ao nosso trabalho programado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Eu gostaria de consultar os líderes, porque estamos, neste momento, com uma comissão em andamento e isso prejudica o quórum.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, faz a inversão, então, vamos votando outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeitamente, faremos a inversão da pauta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas lembrando que o Regimento Interno não permite comissões durante a Ordem do Dia. A Ordem do Dia tem precedência absoluta.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O deputado tem razão. Não é permitida reunião de comissões e audiência pública durante a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Podemos, então, votar os vetos na sequência? Como nós não precisamos de quórum.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, se me permite, a sugestão do deputado Aldo Schneider é pertinente: inversão de pauta. Vamos começar pelos projetos de tramitação ordinária e solicitar que alguém da Mesa Diretora dirija-se à comissão e solicite a suspensão da mesma para que todos possam estar no plenário. Até porque, como prevê o Regimento Interno, não pode haver reunião de comissão durante a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Essa questão foi tão corriqueira ao longo do ano e

agora, no penúltimo dia da legislatura, se quer resolver isso com o Regimento Interno? O ano inteiro isso foi levado assim e sempre aconteceu mais ou menos dessa forma.

Mas queria fazer o registro da presença do movimento social que vem aqui entregar uma carta manifestando uma vigília em defesa da natureza dos povos indígenas, dos quilombolas. O manifesto é um apelo contra a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional n. 215, que tenta trazer para o referido órgão a exclusividade da decisão de qualquer demarcação de terra indígena ou quilombola. Isso seria a morte de qualquer futura demarcação de terra indígena.

Então, estão aqui o Movimento Negro, o Movimento Indígena, o Conselho Indigenista Missionário e o movimento divulgando a antropologia, que estão aqui fazendo esse movimento e entregando essa carta a todos os parlamentares estaduais para que nos dirijamos aos deputados federais e senadores para nos manifestar contra a aprovação da PEC n. 215 que, na prática e no meu entendimento, também elimina a possibilidade de novas demarcações de terras indígenas e quilombolas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0014/2014, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte rodoviário encaminhar a lista de passageiros às Delegacias de Polícia e às unidades da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, antes do início de qualquer viagem que vise, exclusivamente, o transporte de torcedores para eventos futebolísticos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0082/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que proíbe a concessionária de energia elétrica de efetuar o corte no fornecimento à unidade consumidora habitada por doente cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos elétricos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Segurança Pública e a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0209/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui o Dia Estadual da Mulher Policial Militar.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0243/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0297/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos, nas unidades de saúde pública e privada para a mulher gestante, para atendimentos emergenciais a crianças de zero a seis anos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0011/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que disciplina a

iniciativa popular de leis a que se refere o § 1º do art. 50 da Constituição Federal.

Ao presente Projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Participativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0012/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil.

Ao presente Projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0153/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, a Semana do Combate à Má Postura Corporal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0211/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que reconhece o município de Santa Rosa do Sul como Capital Catarinense do Polvilho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, para discutir, o autor, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero falar da importância desse projeto e também registrar a presença de lideranças do município de Santa Rosa do Sul que se fazem presentes, entre eles, o sr. Alex Bristot, que é economista e representa a Ordem dos Economistas de Santa Catarina, seccional sul do estado; o sr. Ariel Melo, que é da CDL Jovem de Santa Rosa do Sul; o Gilvago de Souza, que é presidente da CDL; Zequinha Machado, que é um dos pioneiros dos Polvilho Machado deste município e, da mesma maneira, o seu irmão, Jardilo Machado, e o Gilvan Simão de Carvalho, que é da cidade de Sombrio, mas que também representa àquela região.

Santa Rosa é o município que mais produz polvilho e subprodutos. A cultura da mandioca faz parte da nossa tradição desde a colonização de Santa Catarina, e todo o Litoral catarinense sobreviveu muitos e muitos anos graças a essa cultura. E em Santa Rosa do Sul se desenvolveu uma indústria focada nessa questão da gastronomia, da alimentação, que hoje gera algumas centenas de empregos nessa atividade, inclusive a cidade possui uma festa chamada Polvilhana, que tem como objetivo difundir os subprodutos do polvilho na gastronomia e nas questões culturais daquela

importante cidade do sul do estado. Nós temos, hoje, muitas empresas nessa região, mas a principal cidade é Santa Rosa do Sul, que gera emprego na base da produção de alimentos de polvilho para diversos estados do Brasil. E essa denominação de Capital Catarinense do Polvilho tem como objetivo reforçar a questão desta atividade na cidade. Também quero aproveitar aqui para chamar a atenção do governo do estado, dos órgãos de pesquisa e de fomento do Sebrae, para essa atividade, que é gastronômica e está ligada à nossa cultura e ao turismo da região.

Por isso, esse assunto é muito importante, e peço o apoio dos nossos colegas deputados e deputadas para esse pleito.

E quero aqui agradecer a presença de todas as lideranças de Santa Rosa do Sul que aqui estão, ao vice-prefeito, aos vereadores, aos empresários que vêm buscar apoio a essa importante atividade, que faz do amido uma atividade geradora de emprego.

Por isso, fica aqui o pedido de apoio a esta Casa para a aprovação desse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar o deputado José Milton Scheffer e pedir permissão para subscrever, juntamente com v.exa., esse projeto, que é importantíssimo, porque vai projetar uma cidade que produz polvilho com qualidade para todo o estado, para o Brasil. Entendo que é um dos melhores polvilhos do nosso país, tendo em vista a dedicação, a luta, o trabalho, além do sr. Machado, de toda a equipe da prefeitura, e também do CDL. Por isso, vamos mostrar a importância desse projeto e dessa cidade como a Capital do Polvilho em Santa Catarina.

Assim, vamos votar favoravelmente a esse projeto. São atos como esses que projetam e valorizam um município. Inclusive, temos em Santa

Rosa a Festa Polvilhana, é a Festa do Polvilho e da Banana, sendo que é uma senhora festa todo ano, com um grande número de pessoas participando. E por que essa festa? Porque do polvilho temos vários produtos, por exemplo, rosquinhas e outros produtos que naquela cidade são produzidos.

Portanto, estamos prestigiando este momento tão importante, e vamos votar a favor do projeto, assim como toda a nossa bancada, para que possamos aprová-lo e transformar a cidade de Santa Rosa do Sul como a grande Capital do Polvilho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0236/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira, que altera o parágrafo único do art. 3º da Lei n. 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais, para isentar da referida taxa os órgãos da administração direta do estado, bem como os hospitais e ambulatórios públicos ou que tenham finalidade filantrópica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0253/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual do Nutricionista, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0267/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que concede o título de Cidadão Catarinense ao Doutor Gerald Degen.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0277/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre o procedimento para retirada de animais mortos das propriedades rurais e sua adequada destinação, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, este projeto é fruto de uma missão que realizamos o ano passado para a Escandinávia, onde tivemos a oportunidade de acompanhar a destinação desses animais, que causam um problema muito

sério, hoje, para a propriedade do agricultor e também para as administrações municipais. V.Exa. foi prefeito e sabe o quanto o agricultor requisita o serviço da prefeitura para o enterro desses animais, além de ser um problema muito grave para o meio ambiente.

Então, copiamos, na verdade, o modelo, a forma como é feito esse trabalho nesses países de primeiro mundo para tentar adequar em Santa Catarina. Salientamos que não temos nenhuma legislação nacional que trate dessa matéria, que dê a devida atenção a um tema tão importante. Estamos sendo pioneiros em Santa Catarina para regulamentar essa situação, que é um ganho para todos nós, para a qualidade de vida, pois um animal em decomposição contamina o lençol freático e acaba trazendo danos consideráveis à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) -

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0591/2013, de autoria do deputado José Milton Sheffer, que dispõe sobre o repasse da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas contas de serviços públicos estaduais das instituições hospitalares filantrópicas estabelecidas no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o autor, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, este projeto tem como objetivo criar um incentivo pela defasagem que existe hoje nos pagamentos de serviços hospitalares, principalmente os hospitais filantrópicos de Santa Catarina, em que a tabela do SUS há mais de 16 anos não é reajustada. É uma forma que o governo do estado encontrou de praticar um gesto de incentivo a esses hospitais.

O próprio governador Raimundo Colombo, durante o congresso dos hospitais, já havia acenado com essa possibilidade dois anos atrás. Como acabou não acontecendo, tomamos a iniciativa de realizar este projeto. Ele é importante porque temos em Santa Catarina 182 hospitais filantrópicos que prestam um serviço público para o povo atendendo através do SUS e que estão sofrendo pela falta de reajuste da tabela do SUS.

Então, como este projeto vem trazer incentivos para esses hospitais, peço o apoio desta Casa, pois ele é de interesse da Federação dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nós temos, posteriormente, aqui os vetos e mais uma emenda à Constituição que vamos votar ao final, e mais alguns projetos de autoria dos srs. parlamentares.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0254/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundosocial destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204

da Constituição Federal, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0253/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que assegura ao cônjuge do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0444/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro por parte dos hospitais públicos e privados no estado de Santa Catarina, dos recém-nascidos com Síndrome de Down e de sua imediata comunicação às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com as pessoas deficientes e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0448/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dispõe sobre critérios para apuração do valor adicionado na determinação do Índice de Participação dos Municípios (IPM).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Voto contra a este projeto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Aprovado com voto contra da deputada Ana Paula Lima e do deputado Silvio Dreveck, e com as abstenções dos deputados Renato Hinnig e Sargento Amauri Soares.

Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, somente para justificar o meu voto. Entendo perfeitamente que temos que refazer essa distribuição do ICMS considerando esses municípios que são produtores, principalmente na agroindústria, que pratica a exportação através dessas empresas, desses grandes frigoríficos que constroem seus entrepostos nos portos catarinenses, pois os municípios que produzem acabam tendo o prejuízo em relação aos municípios com sede portuária.

No entanto, é uma matéria, no meu modo de entender, do Poder Executivo, em primeiro lugar; e depois, envolve, além dos municípios catarinenses, municípios de outros estados.

Portanto, se houver essa tendência de alterar a lei em outros estados, ou seja, em outros municípios, o estado de Santa Catarina é que vai ser o perdedor dessa receita.

Portanto, a minha sugestão é que o secretário da Fazenda, junto com o governo, estabeleça uma política de reposição nesses municípios.

E fazendo essa consideração, sr. presidente, peço licença para votar contra a matéria por considerar, além dos aspectos citados, a inconstitucionalidade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, da mesma forma como o deputado Silvio Dreveck, gostaria também de me manifestar contra a matéria.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, apenas para esclarecer que a Constituição Federal,

em seu art. 158, determina que 75% do ICMS vá para os estados e 25% para os municípios e, desses 25%, sr. presidente, um quarto tem que ser definido por lei estadual.

É exatamente a destinação desse um quarto dos 25% que estamos tratando no dia de hoje.

Ora, sr. presidente, não é justo o município que produz não receber a devolução do ICMS daquele produto industrializado.

O projeto de lei ora aprovado em primeiro turno, sr. presidente, simplesmente pratica a justiça tributária em Santa Catarina, nos municípios de: Ipumirim, Lindóia, Nova Veneza, Rio do Sul, Seara, Concórdia, Herval do Oeste, Capinzal, Salto Veloso, Canoinhas. Em todos aqueles municípios, sr. presidente, que têm produção industrial e que exportam, a nota fiscal do valor agregado é emitida no porto de Itajaí, razão pela qual o ICMS desse valor agregado dessas notas expedidas não volta à origem e fica no destino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Srs. deputados, o projeto já foi votado.

Temos ainda o segundo turno pra fazermos as manifestações que desejarmos. A época da discussão já passou.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, apenas para declarar meu voto. Sou favorável a esse projeto, e poucas vezes concordei com as preposições do deputado Marcos Vieira, mas tenho que dizer que se trata de um projeto que faz justiça, porque não há nada mais injusto do que você produzir num município e o outro ficar com o resultado desse imposto.

Então, não queremos nada do que não é nosso, nada do que não é justo, queremos apenas legislar a partir do princípio da justiça tributária.

Com certeza, os nossos agricultores, os nossos moradores, cidadãos dessas regiões, que não vão receber muito, digamos de passagem, não é deputado Marcos Vieira, mas que passa a se fazer justiça com que produz.

Então, quero manifestar o meu voto favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0089/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o art. 4º da Lei n. 16.342, de 2014, que acrescentou o art. 255-A à Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Todos os projetos que seguem são em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 16.002, de 2013, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Vida Nova, de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de n. 0320/2014, de autoria da comissão de Saúde, que altera a Lei n. 3.247, de 1963, que declara de

utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente, de Pinhalzinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0506/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã Alimentando Esperanças, de Imbituba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Manchester, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de n. 0191/2014, de autoria do deputado Paulo

França, que declara de utilidade pública o Grupo de Escoteiros do Mar Nova Ericeira, de Porto Belo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0204/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação e Ministério para Restauração da Família, de Araquari.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0214/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos, Pais e Portadores de Mielomeningocele(AAPPM), do município de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Organização Defensora de Animais de Balneário Gaivota (ODABG).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0250/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro do Ar Pelicano-108/SC, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Instituição Espiritualista Nosso Lar, do município de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação Casa Irmã Dulce, de Tijucas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0288/2014, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Programa Viver Ações Sociais ,de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos do Meio-Oeste, de Joaçaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, sras. deputadas, já temos quórum qualificado apreciar os vetos e, depois, as emendas complementares.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas uma informação.

Hoje pela manhã fizemos uma reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, e gostaria de saber se um projeto passou por naquela comissão - eu não observei, mas apenas para informação -, um título de utilidade pública de uma comunidade do município de Taió. Gostaria de saber se já veio para votação no dia de hoje?

Todos os projetos da comissão de Constituição e Justiça, aprovados, hoje, pela manhã, vieram para Plenário, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada Ana Paula Lima, essa Presidência não tem conhecimento desse projeto ter vindo para ser apreciado. Mas poderemos incluir na pauta de amanhã.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acho que o projeto não está na pauta, porque todos que votamos foram de hoje, pela manhã. O projeto passou na comissão de Constituição e Justiça e, automaticamente, deveria vir juntamente com os outros. A minha preocupação é que apenas esse tenha faltado, todos os outros foram incluídos, e eu gostaria, então, que ele fosse apreciado, como foram apreciados os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeito, deputada, será acatado o seu pedido. A assessoria da Presidência estará em busca desse projeto para que possamos votar nesta sessão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - A deputada Ana Paula Lima tem razão na sua solicitação. Alguns outros projetos foram votados nas três comissões, como o projeto de interesse do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas, e eles podem ser antecipados, sr. presidente, porque precisam de sanção governamental e da devida publicação no Diário Oficial para fins de pagamento, conforme estabelece o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Já houve, deputado Marcos Vieira, no início desta sessão, uma deliberação: será feita a votação de alguns projetos na tarde de amanhã.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.564/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0076/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que obriga a impressão do calendário oficial de vacinação na contracapa dos cadernos distribuídos gratuitamente aos alunos das escolas públicas estaduais.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de pedir a compreensão dos

srs. deputados e das sras. deputadas para a derrubada desse veto, pois essa é uma maneira de informar toda a comunidade escolar e também aos pais e dar destaque ao programa de vacinação que todas as crianças têm direito.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho veto total ao projeto por inconstitucionalidade nos dispositivos criados para os mesmos disporem sobre atribuições e órgãos da administração pública e criar medidas que acarretam despesas que são de competência privativa do governador. Esse entendimento já é consolidado por decisão do STF, na Adin n. 3.176. Portanto, sr. presidente, voto 1, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Pergunto se todos os srs. deputados e as sras. deputadas já exerceram o seu direito de voto.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. parlamentares.

Temos 20 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.565/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0102/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Selo Jovem no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, encaminho veto total ao projeto pela inconstitucionalidade nos dispositivos criados pelo projeto, que cria organismos e determina que o governo deve regulamentar a concessão do Selo Jovem para entidades sobre atribuições de órgãos da administração pública. E criar medidas que acarretam despesas constitui única e exclusivamente uma decisão governamental. Portanto, o voto é pela manutenção do veto.

Voto 1, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Como esse projeto é, sem dúvida alguma, importante, meritório, temos dúvida com relação à constitucionalidade e sabemos da importância que ele tem, sobretudo na necessidade de desenvolvermos trabalhos em prol da juventude catarinense, vou transformá-lo, se for rejeitado, numa indicação ao governador Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", cinco votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.566/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0034/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de

crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Todos nós temos conhecimento dos dramas de algumas famílias cujo filho ou filha, está desaparecido. Os meios de comunicação, todos sabem, são uma concessão pública e é fundamental que mantenham uma responsabilidade social por terem a capacidade de entrar na casa das pessoas.

E esse projeto veicula a fotografia dessas crianças desaparecidas ajudando as famílias a encontrar seus entes queridos. Já é a segunda vez que nós apresentamos este projeto, por isso, apelo à sensibilidade dos srs. deputados e das sras. deputadas e reitero a importância do voto "não", pelo derrubada do veto, em nome de pais e mães que sofrem diariamente a perda de seus filhos e que a todo momento sonham com um reencontro.

Eu tenho certeza de que os meios de comunicações tem essa capacidade de ajudar esses pais e essas mães.

Esta Casa já fez o seu dever e nós constatamos que quando a TVAL apresentou a foto dos desaparecidos, de crianças e jovens, um grande número de pais e mães conseguiram resgatar seus filhos. Assim sendo, peço a derrubada do veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Entendo que a eminente deputada Ana Paula Lima tem razão e que esse é um assunto extremamente sensível, mas aqui me cabe a tarefa de representar a procuradoria-geral do estado e os advogados do gabinete do governador. E toda a assessoria e consultoria jurídica do gabinete do governador entendem que é inconstitucional esta matéria.

Por isso, sr. presidente, encaminho votação número 1, para a manutenção do veto.

Peço a assessoria que abra o painel para que os deputados possam exercer o direito de voto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Embora reconheça a inconstitucionalidade, não posso deixar de votar a favor do projeto da deputada Ana Paula Lima. Precisamos ter consciência de que as pessoas com a infelicidade de ter um ente desaparecido precisam ser ajudadas e é justo que a imprensa faça essa divulgação, até porque não traz prejuízos essa divulgação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero esclarecer que ninguém neste Parlamento, em sua consciência, é contra a divulgação, nos órgãos de comunicação, das pessoas desaparecidas. É claro

que devem divulgar, o mérito do projeto é inegável, mas estamos votando a constitucionalidade. E, segundo a assessoria jurídica, o projeto não tem fundamento legal. Agora, isso não significa que não possamos ajudar a deputada Ana Paula Lima no sentido de que haja uma interação com o governo para que se faça uma ação junto aos meios de comunicação, que já têm por lei um espaço nas suas mídias voltado para o social. A RBS TV, a *RIC Record* têm um percentual de um espaço por lei designado para campanhas sociais e nesse espaço pode ser contemplado o projeto da deputada Ana Paula Lima, que é meritório. Então, concluo que ninguém aqui é contra essa divulgação, apenas estamos discutindo outra questão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar a deputada pelo projeto. Ganha o Parlamento, ganha Santa Catarina e, principalmente, as crianças, as pessoas desaparecidas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quando defendemos a manutenção do veto aqui, temos que deixar claro o nosso papel. Trabalhamos na questão da constitucionalidade, não no mérito da matéria. Quanto ao mérito, indiscutivelmente somos unânimes, pois é uma ação de apelo e cunho social muito forte, mas temos que nos ater à questão da constitucionalidade. Não se trata de ser contra ou a favor da ideia concebida pela deputada Ana Paula Lima, e, sim, de vermos a questão da constitucionalidade. Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

DEPUTADO VALMIR COMIN

não

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Colho o resultado.

Votaram 31 parlamentares.

Temos 25 votos "não", seis "sim" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero agradecer aos deputados e as deputadas que tiveram sensibilidade e votaram pela derrubada do veto. O Parlamento está de parabéns e nada mais justo do que podermos contribuir com a sociedade no sentido de divulgar as fotos de crianças desaparecidos nos meios de comunicação, podendo dar oportunidade aos pais de encontrarem seus filhos. Há muitos comércios em Santa Catarina que já fazem a propaganda em seus meios de comunicação, em panfletos. Há farmácias que já colocam fotos nas suas embalagens. Tenho certeza de que o projeto que aprovamos aqui vai fazer uma mudança significativa no sentido de encontrarmos essas crianças desaparecidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.567/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0065/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, todo o jovem adolescente que é encaminhado ao albergue, com 12, 13 ou 14 anos, ele fica sendo assistido por parte do estado até completar a maioridade, ou seja, os 18 anos. A partir daí ele fica desassistido e a grande maioria por falta de encaminhamento, de um curso de qualificação, passa a ser reincidente no processo. O exemplo dado pela Associação da Magistratura Catarinense e até mesmo pela própria Celesc, que já vem desenvolvendo esse trabalho de acordo com essa estatística, a partir de 1º de janeiro de 2015 mais de 600 jovens vão completar a maioridade e vão estar voltando às ruas, praticando crimes, usando drogas e tudo mais. A ideia é que a partir dos 14 anos, nesse trabalho de parceria, possa se desenvolver uma ação oportunizando uma qualificação a esse interno para que a partir do momento em que atinja a maioridade ele já tenha uma qualificação para o mercado de trabalho. Com isso vamos diminuir sensivelmente a questão da reincidência em praticar o crime e usar drogas no estado de Santa Catarina.

Por isso, peço a participação e a compreensão dos pares.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Os nossos telespectadores, os nossos colegas, os srs. deputados e as sras. deputadas estão vendo que se trata de duas matérias com um apelo muito forte, mas cabe aqui, efetivamente, a questão da

constitucionalidade. Então, a questão constitucional diz que, neste momento, através do art. 71, da Constituição do Estado, é vedado esse tipo de proposta, assim como o art. 123, da referida Constituição. Evidentemente que cada deputado e cada deputada sabe, perfeitamente, do seu desejo de como votar. A orientação do governo, tanto no caso do projeto da deputada Ana Paula Lima quanto no caso do projeto do deputado Valmir Comin, é pela manutenção do veto, voto 1.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, portanto, encaminho a derrubada do veto, voto 2.

Vamos votar pela inclusão social em Santa Catarina.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não

DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "não", um voto "sim" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 281, de 20 de janeiro de 2005.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria, neste momento, de homenagear aos professores de educação física, aqueles que têm licenciatura, para que possam exercer a sua profissão de maneira digna. Eles estudaram para isso e têm esse direito.

Parabéns aos professores de Educação Física licenciados!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, a bancada do PT vota a favor ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 deputados.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0023/2014, e autoria do deputado Moacir Sopelsa, que altera o parágrafo único do art. 11-B da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado, para incluir o município de Jupiá na Área de Expansão Metropolitana da região metropolitana do Extremo Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	abstenção
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

sim

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, apenas gostaria de fazer uma justificativa de voto. Eu votei favorável a esse projeto, mas tenho uma profunda divergência sobre a discussão que nesses últimos dias fizemos aqui, neste Parlamento, sobre as questões das Regiões Metropolitanas.

Não é justo o município de Jupiá ficar fora com tantos municípios que estão distantes e, de acordo com a nossa legislação, que trata desse tema, essas não são Regiões Metropolitanas. Mas, não é justo que Jupiá fique de fora e, por isso, votei a favor desse projeto aqui, pois, com certeza, há alguns benefícios para os municípios que fazem parte da Região Metropolitana.

Mas, precisamos rediscutir isso. Inclusive, na comissão de Finanças e Tributação propomos uma audiência pública para aprofundarmos esse debate sobre as Regiões Metropolitanas em nosso estado, pois há uma confusão generalizada sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0026/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 170, de 1998.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	

DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim".

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que altera a redação do capítulo VII, da seção II e da seção IV do título IX da Constituição do Estado de Santa Catarina (Volume XII).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, para discutir a PEC, a deputada Angela Albino, autora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, temos um capítulo na nossa Constituição que trata de cuidados especiais que a sociedade catarinense decide ter para algumas categorias de pessoas. Temos essa proteção especial à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com a deficiência.

A nossa PEC tem dois objetivos: o primeiro é incluir o jovem nesse capítulo de pessoas a serem protegidas, de forma especial, pelo estado de Santa Catarina; e o segundo, sr. presidente, é que na nossa Constituição, ainda é usada a expressão "pessoa portadora de deficiência", termo que não se usa mais. Então, há uma adequação no novo termo e a inclusão dos jovens no capítulo de proteção especial do estado catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feita a manifestação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, solicito a v.exa. que, com a concordância dos srs. líderes, após a votação da PEC n. 0002/2014, encerre a presente sessão e proceda à votação, em segundo turno, dos projetos de lei, dos projetos de lei complementar e da própria PEC n. 0002/2014.

E também, em seguida, numa outra sessão extraordinária, faça a redação final em bloco de todos os projetos aprovados na sessão de hoje, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a concordância dos srs. líderes, estaremos, então, na sequência, fazendo os encaminhamentos de sua solicitação, deputado Marcos Vieira.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		sim
DEPUTADO MANOEL MOTA		sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK		sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL		sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		
DEPUTADO NEODI SARETTA		sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		sim
DEPUTADO RENATO HINNIG		sim
DEPUTADO RENO CARAMORI		sim
DEPUTADO ROMILDO TITON		
DEPUTADO SARGENTO AMAURI	SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON		
DEPUTADO SILVIO DREVECK		sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim".

Está aprovada por unanimidade em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2014.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 17h11

Está encerrada a sessão.